

Goldman Sachs

## GOLDMAN SACHS DO BRASIL C.T.V.M. S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar e 18º andar, CEP: 04542-000  
CNPJ 09.605.581/0001-60

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Apresentação

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

## Destques

## • Resultado do Exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Corretora registrou Lucro Líquido de R\$ 26.042 (2017 - R\$ 30.087), correspondente a R\$ 0,15 (2017 - R\$ 0,17) por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 10,28% (2017 - 13,37%). O resultado do exercício de 2017 foi impactado pelo reconhecimento, pela primeira vez, do ativo fiscal diferido sobre imposto de renda e contribuição social relativos a diferenças temporárias, no montante de R\$ 4.739. O Lucro Líquido do exercício de 2017 sem o impacto do ativo fiscal diferido seria de R\$ 25.348.

Foi constituída Reserva Legal em montante equivalente a 5% do referido Lucro Líquido e o saldo restante foi destinado para a Reserva Estatutária, não havendo portanto pagamento de dividendos, "ad-referendum" da Assembleia Geral Ordinária da Corretora.

## • Ranking B3

Com relação ao volume financeiro de operações, a Corretora se posiciona em 11º e 20º lugares nos rankings do mercado à vista de ações e de futuros, respectivamente, considerando o volume anual negociado de janeiro a dezembro de 2018.

## • Limite de Basileia - Patrimônio de Referência

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado"), formado pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A., líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN.

O Índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do

montante de capital alocado em função do grau de risco da estrutura dos ativos. Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 26,21%, sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

## Governança Corporativa - Comitê de Auditoria

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.198, de 27 de maio de 2004 (conforme alterada), informamos que se encontra instalado o Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê"), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 09 de março de 2016.

Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente e da auditoria interna.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

## Gestão de Riscos

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Desta forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.557/17 e nº 4.327/14, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital, bem como de responsabilidade socioambiental, respectivamente.

## Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Goldman Sachs e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado

reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades em que está inserido, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/14, a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>.

## Ouidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.567/17, o Grupo Goldman Sachs designou o Canal de Ouidoria (constituído em cumprimento à Resolução CMN nº 4.433/15) como o órgão responsável pelo Canal de Denúncias, por meio do qual seus funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem informar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/disclosure/canal-de-denuncia.html>.

## Endereço Eletrônico

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (conforme alterada) do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Ouidoria Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou [ouidoriagoldmansachs@gs.com](mailto:ouidoriagoldmansachs@gs.com).

Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.  
São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

Ativo	2018	2017	Passivo e Patrimônio líquido	2018	2017
<b>Circulante</b>	<b>270.640</b>	<b>148.751</b>	<b>Circulante</b>	<b>210.907</b>	<b>82.011</b>
Disponibilidades	1.286	11.184	Outras obrigações	210.907	82.011
Aplicações interfinanceiras de liquidez	62.015	26.607	Fiscais e previdenciárias (nota 11 (a))	14.817	9.769
Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a))	62.015	26.607	Negociação e intermediação de valores (nota 9)	167.796	43.813
Títulos e valores mobiliários	23.840	42.843	Diversas (nota 11 (b))	28.294	28.429
Carteira própria (nota 8)	6.894	26.945	Exigível a longo prazo	1.649	3.959
Vinculados à prestação de garantias (nota 8)	16.946	15.898	Outras obrigações	1.649	3.959
Outros créditos	183.308	67.976	Fiscais e previdenciárias (nota 11 (a))	111	-
Rendas a receber	901	6	Diversas (nota 11 (b))	1.538	3.959
Negociação e intermediação de valores (nota 9)	167.819	44.490	Patrimônio líquido	253.420	225.052
Diversos (nota 10)	14.588	23.480	Capital social	176.000	176.000
Outros valores e bens	191	141	De domiciliados no País (nota 13 (a))	176.000	176.000
Despesas antecipadas	191	141	Reservas de capital (nota 13 (b))	5.214	2.888
Realizável a longo prazo	195.304	162.214	Reservas de lucros (nota 13 (c))	72.206	46.164
Aplicações interfinanceiras de liquidez	190.662	156.647			
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	190.662	156.647			
Outros créditos	4.642	5.567			
Diversos (nota 10)	4.642	5.567			
Permanente	32	57			
Imobilizado de uso	32	57			
Outras imobilizações de uso	2.118	2.118			
(-) Depreciações acumuladas	(2.086)	(2.061)			
<b>Total do Ativo</b>	<b>465.976</b>	<b>311.022</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>465.976</b>	<b>311.022</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>176.000</b>	-	<b>16.077</b>	-	<b>192.077</b>
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 13 (b))	-	2.888	-	-	2.888
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.087	30.087
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	1.504	(1.504)	-
Reserva estatutária	-	-	28.583	(28.583)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>176.000</b>	<b>2.888</b>	<b>46.164</b>	-	<b>225.052</b>
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 13 (b))	-	2.326	-	-	2.326
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.042	26.042
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	1.302	(1.302)	-
Reserva estatutária	-	-	24.740	(24.740)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>176.000</b>	<b>5.214</b>	<b>72.206</b>	-	<b>253.420</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<b>176.000</b>	<b>4.469</b>	<b>46.836</b>	-	<b>240.058</b>
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 13 (b))	-	745	-	-	745
Lucro líquido do semestre	-	-	-	12.617	12.617
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	630	(630)	-
Reserva estatutária	-	-	24.740	(24.740)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>176.000</b>	<b>5.214</b>	<b>72.206</b>	-	<b>253.420</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - Em R\$ mil

## 1) Contexto Operacional

Com o objetivo de complementar as atividades desenvolvidas no Brasil nas áreas de banco de investimento, renda fixa e consultoria financeira (*advisory*), bem como instituir a prestação de serviços de corretagem para clientes locais e clientes institucionais estrangeiros que investem no País, o Grupo Goldman Sachs ("Grupo") constituiu a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), sociedade de capital fechado e subsidiária integral do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco").

O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado").

A Corretora é parte integrante do Grupo Goldman Sachs e desde o início das suas atividades vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando no mercado nacional e internacional de forma integrada, tendo os custos dessa estrutura apropriados em cada unidade de negócio correspondente.

Como ocorre nas operações do Grupo no Brasil, a Corretora conta com todo o suporte de recursos humanos, tecnológicos e de capital para assegurar o nível de serviços prestados aos seus clientes, bem como o atendimento às exigências estabelecidas na legislação vigente, regulamentos e práticas de mercado em vigor.

A Corretora recebeu autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil ("BACEN") em 09 de maio de 2008.

Em 16 de dezembro de 2008, a Corretora teve seu pedido de admissão aprovado pelo Conselho de Administração da B3 - Brasil Bolsa Balcão.

Em 02 de fevereiro de 2009, a Corretora começou a executar ordens no mercado de ações e em 21 de setembro de 2010, passou a executar ordens no mercado de futuros, após obter direito de negociação no segmento B3.

Em 27 de dezembro de 2012, o Comitê de Certificação do PQO - Programa de Qualificação Operacional da B3 renovou o selo de Qualificação "Execution Broker" da Corretora para os segmentos Bovespa e BM&F, selo este que qualifica a corretora que possui foco na intermediação profissional de valores mobiliários quanto ao alto padrão de seus serviços.

Em 18 de setembro de 2017, o PQO concedeu o selo de Qualificação "Nonresident Investor Broker" para a Corretora, selo este que identifica o Participante de Negociação Pleno e o Participante de Negociação que possuem estrutura organizacional e tecnológica especializada na prospecção de clientes, prestação de serviços de atendimento consultivo assim como execução de ordens e distribuição de produtos da B3 para investidores não residentes.

Em 26 e 27 de fevereiro de 2019, o Comitê de Auditoria revisou e aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## 2) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN e modelo de documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma a Corretora, conforme aplicável, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
2. CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
3. CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09 e Resolução CMN nº 4.636/18.
4. CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
5. CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
6. CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
7. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
8. CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.
9. Pronunciamento Conceitual Básico - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
10. CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação de ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e

premissas adotadas.

## 3) Principais Práticas Contábeis

## (a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

## (b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em conta corrente e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

## (c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

## (d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do período. (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM". (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu vencimento.

## (e) Instrumentos financeiros derivativos

Em conformidade com a Circular nº 3.082/02, do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas reconhecidas diretamente no resultado.

## (f) Saldos de operações em moeda estrangeira

Demonstrados com base na PTAX de fechamento na data do encerramento do exercício. A taxa PTAX corresponde às médias aritméticas das taxas de compra e de venda realizadas diariamente.

## (g) Permanente

## • Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil econômica do bem, sendo as principais taxas anuais: 10% para móveis e utensílios e 20% para equipamentos de processamento de dados.

## • Redução ao valor recuperável de ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível. Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

## (h) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridas deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realizações futuras e/ou as provisões para perdas. Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando uma alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro tributável.

A Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015 ("Lei"), referente à conversão da Medida Provisória nº 675, de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, no

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil, exceto lucro por ação

	2º Semestre	2018	2017
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>7.976</b>	<b>14.926</b>	<b>20.675</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.976	14.926	20.675
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(17)</b>	<b>(17)</b>	<b>(1.934)</b>
Operações de empréstimos e repasses	(17)	(17)	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1.934)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>7.959</b>	<b>14.909</b>	<b>18.741</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>	<b>15.631</b>	<b>33.388</b>	<b>18.250</b>
Receitas de prestação de serviços (nota 16 (b))	63.621	126.159	108.524
Despesas de pessoal (nota 16 (c))	(26.667)	(53.007)	(49.632)
Despesas administrativas (nota 16 (d))	(16.684)	(31.060)	(36.452)
Despesas tributárias (nota 16 (e))	(5.406)	(10.771)	(9.308)
Outras receitas operacionais (nota 16 (f))	916	2.553	6.177
Outras despesas operacionais (nota 16 (f))	(149)	(486)	(1.059)
<b>Resultado operacional</b>	<b>23.590</b>	<b>48.297</b>	<b>36.991</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>-</b>	<b>29</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>23.590</b>	<b>48.326</b>	<b>36.991</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(10.973)</b>	<b>(22.284)</b>	<b>(6.904)</b>
Provisão para imposto de renda (nota 12 (a))	(5.117)	(11.636)	(6.489)
Provisão para contribuição social (nota 12 (a))	(3.932)	(9.104)	(5.113)
Ativo fiscal diferido (nota 12 (b))	(1.927)	(1.593)	4.739
Passivo fiscal diferido (nota 12 (b))	3	49	(41)
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>12.617</b>	<b>26.042</b>	<b>30.087</b>
<b>Lucro líquido do semestre/exercício por ação (em reais)</b>	<b>0,07</b>	<b>0,15</b>	<b>0,17</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil

	2º Semestre	2018	2017
<b>Atividades operacionais</b>	<b>14.554</b>	<b>27.612</b>	<b>23.066</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - Em R\$ mil

## (a) Estrutura de Capital

Há três principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado:

• **Exigências de Capital - Basileia** - O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.

• **Exigências de Capital - Limite de Exposição por Cliente** - O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do capital do Conglomerado.

• **Limite de Exposição Cambial** - De acordo com o artigo 1º da Resolução 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro.

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como uma *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

## (b) Plano de Contingência de Capital (CCP)

No caso de um possível *deficit* em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital ("CCP") que o possibilitará responder rapidamente a um possível *deficit* no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delineia procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com as Circulares nº 3.678/13 (Pilar III) e nº 3.716/14, as informações referentes à estrutura de gerenciamento de capital, à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis para acesso público no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

## 5) Gerenciamento de Risco - Visão Geral

O Conglomerado Financeiro acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através dos quais monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos/controles e pessoas.

## (a) Risco de crédito

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações comprometidas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de renda), reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado.

O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco (comitês globais da firma) criam e revisam políticas e parâmetros de crédito ao nível do Grupo. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito especificamente para a Goldman Sachs Brasil e garante a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assumira uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

## (b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

• Risco de taxa de juros: resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos *spreads* de crédito.

• Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.

• Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.

• Risco de preço de commodities: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias "commodities".

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado Financeiro.

O Conglomerado emprega diversos tipos de métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo.

• As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (*Value at Risk*) e métricas de sensibilidade.

• Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse. Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsionadores e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

## (c) Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 4.557/17, e melhores práticas de mercado, o Conglomerado implementou uma estrutura local de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional.

A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotinas, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistemas. Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional, juntamente com comitês regionais, supervisionam o contínuo desenvolvimento e a implementação das estruturas e políticas de risco operacional do Conglomerado.

O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.

## (d) Risco de liquidez

A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado estabeleceu uma série de políticas de gestão de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Goldman Sachs, mas também do mercado financeiro que podem afetar nossas operações. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Goldman Sachs no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado observa e atende os termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.557/17. As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o diretor-estatutário responsável pelo risco de liquidez da instituição.

## 6) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 1.286 (2017 - R\$ 11.184) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 62.015 (2017 - R\$ 26.607) (nota 7 (a)).

## 7) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

## (a) Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2018, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações comprometidas bancadas no valor de R\$ 62.015 (2017 - R\$ 26.607), com vencimento em 02 de janeiro de 2019, lastreadas por Letras do Tesouro Nacional (LTN), cuja contraparte é uma instituição ligada (nota 14 (b)).

## (b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2018, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$ 190.662 (2017 - R\$ 156.647), com vencimento até julho de 2022 e taxa de 98% do CDI, cuja contraparte é uma instituição ligada (nota 14 (b)).

## 8) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar do BACEN, na categoria "títulos para negociação", sendo composta por Letras do Tesouro Nacional (LTN) e quotas de fundos emitidas pelo Fundo de Investimento Liqueidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimerado (FILCB).

O valor de mercado dos títulos públicos representa o seu valor presente, o qual foi calculado com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O valor da aplicação em quotas do FILCB reflete o valor da última quota divulgada pelo administrador do fundo, contemplando os resgates e aplicações realizados no período. O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

## (a) Composição por classificação e tipo

	2018		2017	
	Custo corrigido	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
<b>Carteira própria</b>	<b>6.896</b>	<b>6.894</b>	<b>26.945</b>	<b>26.945</b>
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	6.896	6.894	26.945	26.945
<b>Vinculados à prestação de garantias no B3</b>	<b>16.947</b>	<b>16.946</b>	<b>15.898</b>	<b>15.898</b>
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	5.122	5.121	4.785	4.785
Fundo de Investimento Liqueidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimerado (FILCB)	11.825	11.825	11.113	11.113
<b>Total</b>	<b>23.843</b>	<b>23.840</b>	<b>42.843</b>	<b>42.843</b>

## (b) Classificação e composição por prazo de vencimento

	2018			2017		
	Sem vencimento	3 a 12 meses	Valor de mercado	Sem vencimento	3 a 12 meses	Valor de mercado
<b>Títulos para negociação</b>						
<b>Carteira própria</b>						
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	—	6.894	6.894	—	6.894	26.945
<b>Vinculados à prestação de garantias no B3</b>						
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	11.825	5.121	16.946	—	5.121	15.898
Fundo de Investimento Liqueidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimerado (FILCB)	—	—	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>11.825</b>	<b>11.825</b>	<b>11.825</b>	<b>11.113</b>	<b>11.113</b>	<b>42.843</b>

Os títulos classificados na categoria para negociação são apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.

## 9) Negociação e Intermediação de Valores

Os saldos classificados em negociação e intermediação de valores no ativo e no passivo são compostos por operações com valores mobiliários por conta de clientes, a liquidar, conforme segue:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	107.603	—	13.793	—
Devedores (credores)	—	—	—	—
Conta liquidações pendentes	60.216	(167.796)	30.697	(43.813)
<b>Total</b>	<b>167.819</b>	<b>(167.796)</b>	<b>44.490</b>	<b>(43.813)</b>

## 10) Outros Créditos - Diversos

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2018	2017
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 14 (b)) <sup>(1)</sup>	11.903	18.960
Impostos e contribuições a compensar	3.216	4.080
Créditos tributários de impostos e contribuições <sup>(2)</sup>	3.146	4.739
Devedores diversos - País <sup>(3)</sup>	964	1.268
Adiantamentos e antecipações salariais	1	—
<b>Total</b>	<b>19.230</b>	<b>29.047</b>

<sup>(1)</sup> Valores a receber de sociedades ligadas referem-se, principalmente, a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados pela Corretora à Goldman Sachs International no montante de R\$ 11.546 (2017 - R\$ 13.804). Em 31 de dezembro de 2017, referem-se, ainda, a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados pela Corretora à Goldman Sachs & Co. no montante de R\$ 2.840 e ao Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. no montante de R\$ 2.288.

<sup>(2)</sup> Créditos tributários de impostos e contribuições referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a diferenças temporárias calculadas sobre provisões passivas (nota 12).

<sup>(3)</sup> Devedores diversos - País refere-se, principalmente, à recuperação de despesa originada pela contribuição da Corretora (Patrocinadora) ao plano de previdência privada PGBL, em nome dos seus funcionários (participantes) que, em função do rompimento de vínculo antes do preenchimento das condições de elegibilidade ao benefício, a Patrocinadora passa a poder utilizar os recursos depositados para quitação de contribuições futuras.

## 11) Outras Obrigações

## (a) Fiscais e Previdenciárias

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2018	2017
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	12.148	7.307
Impostos e contribuições sobre salários a recolher	1.326	1.052
Outros (PIS, Cofins, ISS e CIDE a recolher)	1.276	1.350
Provisão para imposto de renda diferido (IRPJ e CSLL) <sup>(1)</sup>	162	49
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	16	11
<b>Total</b>	<b>14.928</b>	<b>9.769</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e outras provisões.

## (b) Diversas

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2018	2017
Provisão para despesas de pessoal <sup>(1)</sup>	18.957	12.884
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 14 (b)) <sup>(2)</sup>	8.925	15.718
Provisão para outras despesas administrativas	1.817	3.417
Credores diversos - País	133	369
<b>Total</b>	<b>29.832</b>	<b>32.388</b>

<sup>(1)</sup> Provisão para despesas de pessoal refere-se, principalmente, a gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 12.733 (2017 - R\$ 8.867) e a impostos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 4.291 (2017 - R\$ 2.988).

<sup>(2)</sup> Valores a pagar a sociedades ligadas referem-se, principalmente, à provisão para pagamento das RSUs relativo ao Plano de Pagamento Baseado em Ações no montante de R\$ 3.812 (2017 - R\$ 8.928) (nota 15 (b.1)) e a serviços técnicos especializados prestados pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. à Corretora no montante de R\$ 3.156 (2017 - R\$ 4.268).

## 12) Imposto de Renda, Contribuição Social e Crédito Tributário

(a) Os impostos e contribuições a recolher no exercício são demonstrados como segue:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>48.326</b>	<b>48.326</b>	<b>36.991</b>	<b>36.991</b>
Imposto de renda (25%) e contribuição social (20%)	12.081	9.665	9.248	7.398
Diferenças temporárias	(775)	(620)	(2.997)	(2.398)
Diferenças permanentes	298	33	238	113
Outros	32	26	—	—
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>11.636</b>	<b>9.104</b>	<b>6.489</b>	<b>5.113</b>

A alíquota da contribuição social vigente até dezembro de 2018 era de 20%, passando a ser de 15% a partir de janeiro de 2019.

(b) A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2018			2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>1.967</b>	<b>1.179</b>	<b>3.146</b>	<b>2.736</b>	<b>2.003</b>	<b>4.739</b>
Unidades de ações restritas - RSU	1.473	884	2.357	2.528	1.836	4.364
Remuneração variável	251	150	401	90	72	162
Outros	242	145	387	118	95	213
Marcação a mercado negativo - TVM e derivativos	—	—	—	—	—	—
<b>Total de ativos tributários diferidos</b>	<b>1.967</b>	<b>1.179</b>	<b>3.146</b>	<b>2.736</b>	<b>2.003</b>	<b>4.739</b>
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>(101)</b>	<b>(61)</b>	<b>(162)</b>	<b>(27)</b>	<b>(22)</b>	<b>(49)</b>
Marcação a mercado positiva - TVM e derivativos	—	—	—	(27)	(22)	(49)
Outras provisões - Patrimônio líquido (101)	(61)	(162)	—	—	—	—
<b>Total de passivos tributários diferidos</b>	<b>(101)</b>	<b>(61)</b>	<b>(162)</b>	<b>(27)</b>	<b>(22)</b>	<b>(49)</b>

Uma vez atendidos os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/02 do BACEN, quais sejam: (i) histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de IR e CS em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de IR e CS, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Corretora detém ativo diferido fiscal sobre imposto de renda e contribuição social relativos a diferenças temporárias nos montantes de R\$ 1.967 e R\$ 1.179, respectivamente.

A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 3.146 é estimada em 64% no 1º ano, 26% no 2º ano e 5% no 3º e 4º ano. O valor presente dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base nas taxas médias de captação da instituição, monta R\$ 1.770 e R\$ 1.062, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2018, os passivos tributários diferidos totalizam R\$ 162 (2017 - R\$ 49).

## 13) Patrimônio Líquido

## (a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2018, por 176.000.000 (2017 - 176.000.000) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

## (b) Reservas de capital

A Resolução CMN nº 3.989/11, alterou a partir de 1º de janeiro de 2012 a prática contábil relativa ao registro de benefícios pagos em ações (nota 15 (b)). De acordo com o disposto na referida Resolução, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar os critérios e condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em

Ações, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 03 de dezembro de 2010, na mensuração, reconhecimento e divulgação das transações com pagamento baseado em ações.

Em atendimento ao referido ato normativo, em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Reservas de Capital" apresenta o saldo de R\$ 5.214 (2017 - R\$ 2.888), sendo composta por ajuste de marcação a mercado positivo sobre o pagamento baseado em ações no montante de R\$ 405 (em 2017 refere-se a ajuste negativo de marcação a mercado de R\$ 2.083), imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre o saldo de marcação a mercado no montante de R\$ 162 (2017 - zero), e contribuição ao capital no montante de R\$ 4.971 (2017 - R\$ 4.971) relativo ao pagamento baseado em ações de exercícios anteriores a 2012, para o qual não havia acordo de repagamento.

## (c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 1.302 (2017 - R\$ 1.504), totalizando o montante de R\$ 3.610 (2017 - R\$ 2.308).

A reserva estatutária é constituída à base do lucro líquido do período não distribuído após todas as destinações necessárias. Seu saldo acumulado fica à disposição do acionista para futura distribuição em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2018, foi constituída reserva estatutária no montante de R\$ 24.740, totalizando o montante de R\$ 68.596 (2017 - R\$ 43.856) "ad-referendum" da Assembleia Geral Ordinária da Corretora.

## (d) Dividendos

Nos termos do artigo 25 do Estatuto Social da Corretora, a Diretoria poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de cada ano. Dessa forma, não foram provisionados dividendos e juros sobre o capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

## 14) Transações com Partes Relacionadas

Goldman Sachs

## GOLDMAN SACHS DO BRASIL C.T.V.M. S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar e 18º andar, CEP: 04542-000  
CNPJ 09.605.581/0001-60

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - Em R\$ mil

(2) Em 31 de dezembro de 2018, o valor justo agregado das ações com direito adquirido é de R\$ 4.791 (2017 - R\$ 4.955).

(3) Em 31 de dezembro de 2018, a média ponderada na data de entrega das RSUs entregues é de R\$ 1.012,91 (2017 - R\$ 769,67).

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, a Corretora registrou despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseados no preço da data de outorga. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrado na rubrica "Despesas de Pessoal" o montante de R\$ 2.613 (2017 - R\$ 1.753) referentes a amortização dos prêmios em ações e do efeito da variação cambial calculada sobre o saldo da provisão para pagamento em ações registrada no passivo.

A contrapartida do lançamento acima é contabilizada como provisão em Outras Obrigações - Diversas - Valores a pagar a sociedades ligadas.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Corretora registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 598 (2017 - R\$ 683).

Considerando o contrato de repagamento, assinado em 31 de dezembro de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc., a provisão para pagamento em ações, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 3.812 (nota 11 (b)) (2017 - R\$ 8.928) registrado na rubrica "Outras Obrigações - Diversas - Valores a pagar a sociedades ligadas". Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para encargos sociais, registrada na rubrica "Outras Obrigações - Diversas - Provisão para Outras Despesas Administrativas" é de R\$ 1.677 (2017 - R\$ 3.266).

## 16) Outras Informações

## (a) Obrigações legais e passivos contingentes

A Corretora é parte em processo na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que é caracterizado como passivo contingente e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

O processo envolve PIS e COFINS sobre as receitas de Exportação de Serviços para o período de 31 de março de 2013 à 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 8.818 (2017 - zero).

Não existiam processos judiciais ou administrativos de natureza cível ou trabalhista, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, cuja probabilidade de perda tenha sido classificada como provável ou possível.

## (b) Receita de prestação de serviços

Receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2018	2017
Rendas de outros serviços <sup>(1)</sup>	53.543	55.061
Rendas de corretagens de operações em bolsas	72.616	53.463
<b>Total</b>	<b>126.159</b>	<b>108.524</b>

(1) Rendas de outros serviços referem-se a rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas à Goldman Sachs International no montante de R\$ 53.494 (2017 - R\$ 52.773) e ao Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. no montante de R\$ 49 (2017 - R\$ 2.288) (nota 14 (b)).

## (c) Despesas de pessoal

Despesas de pessoal referem-se a:

	2018	2017
Proventos	36.753	35.269
Encargos sociais	12.053	10.329
Benefícios	4.017	3.511
Treinamento	184	523
<b>Total</b>	<b>53.007</b>	<b>49.632</b>

## (d) Despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2018	2017
Serviços técnicos especializados <sup>(1)</sup>	16.151	23.024
Aluguéis	3.295	3.839
Viagens ao exterior	2.230	1.400
Serviços do sistema financeiro	1.667	2.606
Processamento de dados	1.374	1.475
Serviços de terceiros	994	794
Promoções e relações públicas	693	374
Comunicações	574	565
Vigilância e segurança	430	421
Manutenção e conservação de bens	403	455
Seguros	189	144
Despesas de material	141	145
Publicações	123	148
Depreciação	26	26
Contribuições filantrópicas	13	40
Outras despesas administrativas	2.757	996
<b>Total</b>	<b>31.060</b>	<b>36.452</b>

(1) Serviços técnicos especializados referem-se, principalmente, a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (controlador) para a Corretora, no montante de R\$ 15.865 (2017 - R\$ 22.744).

## (e) Despesas tributárias

Despesas tributárias referem-se a:

	2018	2017
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	6.308	5.426
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP e COFINS	4.256	3.669
Despesa tributária - CIDE	123	131
Despesas tributárias - IOF	84	82
<b>Total</b>	<b>10.771</b>	<b>9.308</b>

## (f) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais referem-se, substancialmente, ao reembolso de despesa decorrente do custo incorrido no desenvolvimento tecnológico de uso interno no montante de R\$ 812 (2017 - R\$ 1.127), à recuperação de despesa originada pela contribuição da Corretora (Instituidora) ao plano de previdência privada PGBL, em nome dos seus funcionários (participantes) que, em função do rompimento de vínculo antes do preenchimento das condições de elegibilidade ao benefício, a Instituidora passa a poder utilizar os recursos depositados para quitação de contribuições futuras no montante de R\$ 95 (2017 - R\$ 1.268), e a receitas de variação cambial sobre os saldos a receber em moeda estrangeira no valor de R\$ 679 (2017 - R\$ 159).

Em 31 de dezembro de 2017, referem-se, ainda, à reversão do ajuste negativo de marcação a mercado relativo ao pagamento baseado em ações referente ao exercício anterior no montante de R\$ 1.896 (nota 15 (b)) e a reversões de provisões no montante de R\$ 453.

## (g) Plano de benefícios a funcionários

Conforme Resolução nº 4.424/15, que regulamenta o registro contábil e a evidência de benefícios a empregados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a Administração da Corretora, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## 17) Limites Operacionais

## (a) Índice de Basileia e de imobilização

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do BACEN, com base no Conglomerado Prudencial é de 26,21% (2017 - 21,96%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 1.725.839 (2017 - R\$ 1.544.577).

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de imobilização do Conglomerado é de 1,18% (2017 - 1,55%).

## DIRETORIA

Diretor-Presidente: **Juliano Meira Campos Arruda****André dos Santos Mendonça**  
**Gersoni Analla Fernandes Montes Munhoz**  
**Kathia Aparecida Autuori****Ricardo Donisete Stabile**  
**Sílvia Regina C. Valente**

## CONTADORA

**Tatiana L. M. Navarro Baldívios**  
CRC 15P240271/O-7

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

**PricewaterhouseCoopers**  
**Audidores Independentes**  
CRC 25P00160/O-5Melissa Tuxen Wisnik  
Contadora - CRC 15P221490/O-0

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê") tem por finalidade auxiliar as diretorias do Banco e da Corretora no que diz respeito à avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado, bem como à revisão das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da auditoria independente do Conglomerado, dentre outras atribuições. O Comitê foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária do Banco realizada em 29 de janeiro de 2016, homologado pelo BACEN em 09 de março de 2016, e instalado em 31 de março de 2016 mediante reunião extraordinária de seus membros. Atualmente, o Comitê é composto por três membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê no âmbito de suas atribuições para

o semestre findo em 31 de dezembro de 2018, destacam-se: (a) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado; (b) a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e da Corretora. Para assegurar a efetividade do ambiente de controles internos e dos trabalhos das auditorias independente e interna, o Comitê abordou diversas atividades de controle exercidas sob a égide de um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam a aderência a dispositivos legais e regulamentares, com ênfase nos processos de avaliação de risco e detecção de eventuais deficiências existentes. No contexto da avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê também realizou

reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados os respectivos planos de auditoria, inclusive no tocante à independência e à qualidade dos trabalhos, tendo concluído que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna foram adequados e compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê considera que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 do Conglomerado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento das normas editadas pelo BACEN.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

Ouvdoria Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou [ouvdoriagoldmansachs@gs.com](mailto:ouvdoriagoldmansachs@gs.com). Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.